

aliança com o movimento sionista, dos seus atributos religiosos, do pequeno tamanho do proletariado árabe e da inadequação de seu Partido Comunista, que não estava apenas sob o controle dos líderes judeus, mas seus elementos árabes tinham sido submetidos à opressão e intimidação por parte da liderança feudal desde os anos 1920. Foi nesse contexto complexo no qual os conflitos interligados e extremamente complicados foram inflamando-se que a revolta de 1936 tomou lugar na história da Palestina.

## A REVOLTA

Os historiadores não estão de acordo a respeito dos diferentes incidentes que ocorreram em diversos locais enquanto causa da explosão da revolta de 1936.

Segundo [Yehuda Bauer], “o incidente que comumente é tido como o início dos distúrbios de 1936” aconteceu em 19 de abril de 1936, quando multidões de palestinos-árabes em Jaffa atacaram transeuntes judeus.<sup>64</sup> Na perspectiva de [al-Sifri<sup>65</sup>], Salih Mas’ud Buwaysir<sup>66</sup> e Subhi Yasin<sup>67</sup>, a primeira centelha foi acendida quando um grupo desconhecido de palestinos-árabes (Subhi Yasin os descreve como um grupo Qassamista, incluindo Farhan al-Sa’udi e Mahmud Dairawi) emboscou 15 carros na estrada entre Anabta e a prisão de Nur Shams, roubando o dinheiro tanto dos passageiros judeus quanto dos árabes. De acordo

64 Yehuda Bauer, op. cit. p. 49

65 Sifri, Issa, *Arab Palestine Under the Mandate & Zionism*, The New Palestine Bookshop, Jaffa, 1937, Vol. II, p. 10.

66 *Palestinian Struggle over half a century*, por Saleh Bouyissir, al-Fatah House, Beirute, p. 180.

67 *The Great Arab Revolution in Palestine*, al-Hana House, Damasco, Subhir Yasine, p. 30.

com al-Sifri, um dos três membros fez um breve discurso aos palestinos-árabes, que eram a maioria dos passageiros, em que disse: “Nós estamos tomando o seu dinheiro para que possamos lutar contra o inimigo e defendê-los.”<sup>68</sup>

Dr. [Abd al-Wahhab al-Kayyali] pensa que a primeira centelha se acendeu antes disso – em fevereiro de 1936, quando um bando armado de palestinos-árabes cercou uma escola que um grupo de empreiteiros judeus estava construindo em Haifa, empregando exclusivamente trabalhadores judeus.<sup>69</sup>

Mas todas as fontes corretamente acreditam que o levante Qassamita, impulsionado por Sheikh Izz al-Din al-Qassam, foi o verdadeiro começo da revolta de 1936.

No entanto, o relatório da Comissão Real (Lorde Peel), o qual Yehuda Bauer considera como uma das fontes mais autorizadas escrita sobre a questão palestina, ignora essas causas imediatas como o estopim da revolta e atribui a erupção a duas causas principais: o desejo dos árabes de conquistar independência nacional e a sua aversão e receio do estabelecimento de um “lar nacional judeu” na Palestina.

Não é difícil enxergar que essas duas causas são, na verdade, uma só, e que as palavras em que encontram-se envoltas estão amenizadas e não expressam nenhum sentido preciso.

Lorde Peel, porém, menciona o que ele chama de “fatores secundários”, os quais contribuíram para a explosão dos “distúrbios”. Esses são:

1- A difusão do espírito do nacionalismo árabe fora da Palestina.

2- Aumento da imigração judaica desde 1933.

68 Bouyissir, op. cit., p. 181.

69 Kayyali, op. cit., p. 302.

3- O fato de que os judeus eram capazes de influenciar a opinião pública na Grã-Bretanha.

4- A falta de confiança dos palestinos-árabes nas boas intenções do governo britânico.

5- O temor dos palestinos-árabes a respeito da constante compra de terras pelos judeus.

6- O fato de que os objetivos finais do governo mandatário não estavam claros.<sup>70</sup>

A maneira como a então liderança do movimento nacional palestino entendeu que as causas podem ser deduzidas dos três *slogans* com os quais ela adornou todas as suas demandas:

1- A imediata interrupção da imigração judaica.

2- Proibição da transferência da posse de terras palestinas-árabes aos colonos judeus.

3- O estabelecimento de um governo democrático, no qual palestinos-árabes teriam a maioria, em conformidade com a sua superioridade numérica.<sup>71</sup>

Mas esses *slogans*, nas versões bombásticas em que foram repetidos, eram completamente incapazes de expressar a situação real. Na verdade, em grande medida, tudo o que fizeram foi perpetuar o controle da direção feudal sobre o movimento nacionalista.

Na verdade, a real causa da revolta foi o fato de que os violentos conflitos que envolviam a transformação da Palestina de uma sociedade agrícola-feudo-clerical árabe em uma sociedade burguesa industrial sionista (ocidental) haviam atingido o seu clímax, como visto antes.

70 Collection, p. 96.

71 Hadawi, op. cit., p. 38.

SIONISMO = OCAZINHE DA PALESTINA

O processo de estabelecimento das raízes do colonialismo e da transformação de um mandato britânico em colonialismo sionista de assentamentos, como já visto, atingiu o seu clímax em meados dos anos 1930 e, na verdade, a liderança do movimento nacionalista palestino foi obrigada a adotar certa forma de luta armada porque já não era mais capaz de exercer a sua liderança num tempo em que o conflito atingiu proporções decisivas.

Uma variedade de fatores conflitantes desempenhou um papel ao induzir a então liderança palestina a adotar a forma de conflito armado.

1) Primeiramente, o movimento Izz al-Din al-Qassam.

2) Em segundo lugar, a série de fracassos sustentados por essa liderança na época em que esteve à frente do movimento de massas, mesmo em relação às demandas mínimas e parciais que frequentemente os colonialistas não hesitavam em ceder, na expectativa de absorver a frustração. (Os britânicos levaram muito tempo para perceber o valor dessa manobra; ainda assim, seus interesses foram salvaguardados através da existência de agentes sionistas competentes).

3) Em terceiro lugar, a violência sionista (os bandos armados, o slogan "Somente trabalho judeu" etc.), além da violência colonialista (a maneira como foi suprimido o levante de 1929).

Em qualquer discussão sobre a revolta de 1936-1939, deve ser reservado um lugar especial para o Sheikh Izz al-Din al-Qassam. Apesar de tudo o que já foi escrito sobre ele, não é demais dizer que essa personalidade única ainda é muito desconhecida e provavelmente seguirá sendo assim. A maioria do que já se escreveu sobre ele foi apenas a partir do exterior e, em função dessa superficialidade no estudo de sua personalidade, muitos historiadores ju-

*-pôde pouco entender al-Qassam!*

deus não hesitaram em classificá-lo como "dervixe fanático", enquanto muitos historiadores ocidentais o ignoram por completo. Na verdade, está claro que a incapacidade de compreender as conexões dialéticas entre religião e as tendências nacionalistas é a responsável por diminuir a importância do movimento Qassamista.

Todavia, qualquer que seja o ponto de vista sobre al-Qassam, não há dúvidas de que o seu movimento (de 12 a 19 de novembro de 1935) representou momento decisivo na luta nacionalista e desempenhou papel importante na adoção de uma forma mais avançada de luta no confronto com a direção tradicional, que se tornou fragmentada diante das crescentes lutas.

Provavelmente, a personalidade de al-Qassam, por si, constituiu o ponto simbólico de encontro daquela grande massa de fatores interligados, os quais, por simplificação, vieram a ser conhecidos como a "questão palestina". O fato de que ele era "sírio" (nascido em Jabala, na periferia de Latakia) constitui exemplo do elemento do nacionalismo árabe presente na luta. O fato de que ele era Azharista (ele estudou em Al-Azhar) exemplifica o elemento nacionalista-religioso representado por Al-Azhar no começo do século. O fato de que ele tinha uma história de envolvimento na luta nacionalista (participou da revolta síria contra a França em Jabal Horan em 1919-1920 e foi condenado à morte) ilustra a unidade da luta árabe.

Al-Qassam chegou a Haifa em 1921 com os egípcios Sheikh Muammad al-Hanafi e Sheikh Ali al-Hajj Abid e, imediatamente, começou a formar grupos secretos. O que é notável nas atividades de al-Qassam é a sua avançada inteligência organizacional e sua paciência de ferro. Em 1929, ele se recusou em precipitar-se a anunciar que estava armado e, a despeito do fato de que sua recusa levou à

divisão da organização, obteve sucesso em manter o grupo unido e permanecer clandestino.

De acordo com um conhecido Qassamista<sup>72</sup>, al-Qassam programou sua revolta em três estágios – preparação psicológica e a disseminação do espírito revolucionário, a formação de grupos secretos, a formação de comitês para recolher contribuições e outros para adquirir armas, comitês de treinamento, de segurança, espionagem, propaganda e informação e para contatos políticos – e, então, revolta armada. 3)

A maioria dos que conheceram al-Qassam afirma que quando ele partiu para as colinas de Ya'bad com 25 de seus homens na noite de 12 de novembro de 1935, seu objetivo não era declarar a revolta armada, mas disseminar o chamado à revolta. Entretanto, um encontro acidental levou à revelação de sua presença e, a despeito da heroica resistência de al-Qassam e de seus homens, uma força britânica facilmente os destruiu. Aparentemente, quando percebeu que não poderia mais expandir a revolta com seus camaradas, Sheikh al-Qassam adotou o seu famoso slogan: "Morrer como um mártir." → NACIONALISMO, NÃO GUEVARISMO

É graças a al-Qassam que devemos entender esse slogan não num sentido "guevarista", se podemos usar a expressão, mas num sentido nacionalista comum. A pouca evidência que possuímos da conduta de al-Qassam demonstra que ele estava ciente da importância de seu papel enquanto iniciador de um foco revolucionário avançado.

Esse slogan traria frutos imediatos. As massas seguiram o seu corpo martirizado por dez quilômetros a pé até a vila de Yajur. Mas a coisa mais importante que aconteceu foi a exposição dos líderes tradicionais, em face do desafio colocado pelo Sheikh al-Qassam.

72 Yasin, Subhi, op. cit., pp. 22-23.

Esses líderes estavam tão cientes do desafio quanto o mandato britânico.

De acordo com um Qassamista, alguns meses antes de al-Qassam partir para as colinas, ele enviou [um comunicado] para Hajj al-Amin al-Hussaini, através do Sheikh Musa al-Azrawi, pedindo para que esse coordenasse as declarações de revolta pelo país. Hussaini recusou, alegando que as condições não estavam ainda maduras<sup>73</sup>. Quando al-Qassam foi morto, seu funeral foi acompanhado somente por pessoas pobres.

Os líderes adotaram uma atitude indiferente, que logo perceberam ser um erro. A morte de al-Qassam foi uma ocorrência de excepcional significado, a qual eles não poderiam ignorar. Prova disso pode ser vista no fato de que os representantes dos cinco partidos palestinos visitaram o Comissário Superior Britânico apenas seis dias depois do assassinato de al-Qassam e lhe submeteram um extraordinariamente atrevido memorando, no qual admitiam que "se eles não recebessem uma resposta a este memorando que pudesse ser considerada satisfatória em geral, perderiam toda a influência sobre seus seguidores; visões extremistas e irresponsáveis prevaleceriam e a situação poderia deteriorar-se".<sup>74</sup> Eles obviamente queriam explorar o fenômeno al-Qassam para que pudessem dar um passo atrás.

No entanto, pela sua escolha da forma de luta, al-Qassam os impossibilitou de retroceder. É, na verdade, o que explica a diferença entre a atitude dos líderes palestinos frente ao assassinato de Sheikh al-Qassam imediatamente a seguir e a postura que tomaram na cerimônia feita no quadragésimo dia depois de sua morte. Durante esses 40 dias, eles descobriram que se não tentassem entrar na

73 Ibid., p. 22.

74 Kayyali, op. cit. p. 296.

grande onda que foi posta em movimento por al-Qassam, essa os engoliria. Eles, portanto, descartaram a indiferença que tinham demonstrado em seu funeral e tomaram parte nos protestos e discursos na cerimônia do quadragésimo dia.

Evidentemente, Hajj Amin al-Hussaini se manteria consciente sobre essa lacuna posteriormente. Mesmo 20 anos mais tarde, à revista *Filastine*, o porta-voz do Alto Comitê Árabe tentou dar a impressão de que o movimento Qassamista não era nada mais do que parte do movimento liderado pelo *Mufti*, e que este e al-Qassam haviam sido “amigos pessoais”.<sup>75</sup>

Quanto aos britânicos, contaram a história de al-Qassam no relatório dos incidentes de 1935 que enviaram a Gênova como segue:

“Havia rumores de que uma gangue terrorista havia sido formada sob inspiração de fatores políticos e religiosos e em 7 de novembro de 1935, um sargento-policia e um policial estavam seguindo um ladrão nas colinas do Distrito de Nazaré quando duas pessoas desconhecidas atiraram contra eles, matando o sargento... Esse incidente logo levou ao descobrimento de uma gangue operando nesse bairro sob a direção de Izz al-Din al-Qassam, um refugiado político sírio que gozava de considerável prestígio como líder religioso. Ele havia sido objeto de fortes suspeitas alguns anos antes, e dizia-se que tinha as mãos metidas com atividades terroristas.”

“No funeral de Sheikh al-Qassam em Haifa, estiveram presente multidões e, apesar dos esforços feitos por influentes mulçumanos para manter a ordem, houve manifestações e pedras foram atiradas. A morte de al-Qassam levantou uma poderosa onda de sentimento entre os cír-

<sup>75</sup> Palestine, nº 94. Jan 1, 1969. Arab Higher Committee, Beirute.

culos políticos, dentre outros, do país e os jornais árabes concordaram em chamá-lo de ‘mártir’ nos artigos que escreveram sobre ele.”<sup>76</sup>

Os britânicos também estavam cientes do desafio representado pelo assassinato de al-Qassam e também tentaram fazer retroceder o relógio, como demonstrado pelo ponto de vista expresso pelo Alto Comissário em uma carta escrita ao Ministro das Colônias. Nessa carta, ele disse que caso as demandas dos líderes árabes não fossem atendidas, “eles perderiam toda a sua influência e qualquer possibilidade de pacificação por meios moderados que ele havia proposto desapareceriam”.<sup>77</sup>

Mas era impossível fazer retroceder o relógio, porque o movimento Qassamista era, na verdade, uma expressão do padrão natural capaz de fazer face à escalada do conflito e resolvê-lo. Não demorou muito antes que isso se refletisse em números de comitês e grupos, a ponto da direção tradicional ser obrigada a escolher entre confrontar essa escalada de vontade de lutar entre as massas ou sufocá-la e colocar as massas sob seu controle.

Embora os britânicos tenham reagido rapidamente, proposto a ideia de uma assembleia legislativa e suscitado interromper a venda de terras, já era muito tarde: o movimento sionista, que começara a se cristalizar de forma contundente no período, desempenhou seu papel em diminuir a efetividade da proposta britânica. Da mesma forma, a direção do movimento nacionalista palestino não havia ainda decidido sobre sua atitude, mas foi extraordinariamente vacilante, e até 2 de abril de 1936, os representantes dos partidos palestinos estavam preparados para formar uma delegação para ir a Londres informar ao governo britânico seu ponto de vista.

<sup>76</sup> Ibid., nº 94. p. 19.

<sup>77</sup> Kayyali, op. cit., p. 296.

As coisas explodiram antes do que previa a direção do movimento nacionalista no entanto, e quando as primeiras chamas foram acesas em Jaffa, em fevereiro de 1936, os líderes do movimento nacionalista palestino acreditavam que ainda poderiam obter concessões parciais dos britânicos através de negociações.

Mas eles foram surpreendidos pelos eventos subsequentes. Todos aqueles intimamente associados com os eventos de abril de 1936 admitiram que a erupção de violência e desobediência civil foi espontânea e, com exceção dos atos instigados pelos Qassamistas sobreviventes, tudo o que ocorreu foi expressão espontânea do nível crítico que o conflito havia atingido.

Mesmo quando a greve geral foi declarada, em 19 de abril de 1936, a direção do movimento nacionalista ficou para trás. Ainda assim, eles rapidamente entraram no trem antes que os deixasse para trás e foram bem-sucedidos, por todas as razões já mencionadas em nossa análise da situação socio-política na Palestina, em dominar o movimento nacionalista.

Do ponto de vista organizativo, o movimento nacionalista palestino era representado por um certo número de partidos, a maioria dos quais remanescente dos movimentos antiotomanos que surgiram no início do século. Isso significa que, ao mesmo tempo, não se engajaram numa luta por independência (como foi o caso do Egito, por exemplo) e não eram mais do que estruturas gerais, sem princípios definidos, controlados por grupos de notáveis e dependentes das lealdades enraizadas e provenientes da influência que gozavam enquanto religiosos ou líderes feudais, ou proeminentes membros da sociedade; não eram partidos com bases organizadas.

Excetuando-se o próprio al-Qassam (e, naturalmente, os comunistas), nenhum dos líderes do movimento na-

cionalista palestino à época possuía quaisquer habilidades organizativas; nem mesmo Amin al-Hussaini, que possuía habilidades administrativas incomuns, tinha qualquer conceito de organização aplicada à luta.

Responsabilidades organizativas frequentemente eram baseadas em talentos individuais nos subcomitês e entre os quadros médios. Mas eles frequentemente eram incapazes de transformar suas habilidades em política.

Na véspera da revolta, a situação dos representantes do movimento nacionalista palestino era a seguinte: com a dissolução do Comitê Executivo Árabe em agosto de 1934, seis grupos emergiram:

IMPORTANTE!

1 – O Partido Árabe Palestino, em maio de 1935, encabeçado por Jamal al-Hussaini; este incorporou mais ou menos a política do *Mufti* e representava os feudais e os grandes mercadores urbanos;

2 – O Partido da Defesa Nacional, encabeçado por Raghib al-Nashashibi; fundado em dezembro de 1934, representava a nova burguesia das cidades e os oficiais mais velhos;

3 – O Partido da Independência, que foi fundado em 1932, com Auni Abd al-Hadl à sua testa. Incluía os intelectuais, a média burguesia e alguns setores da pequena-burguesia; isso contribuiu para que sua ala esquerda desempenhasse um papel especial;

4 – O Partido da Reforma, fundado por Dr. Husain al-Khalidi em agosto de 1935, que representava certo número de intelectuais;

5 – O Partido do Bloco Nacional, encabeçado por Abd al-Latif Salah;

6 – O Partido da Juventude Palestina, encabeçado por Ya' qub al-Ghusain.

Essa multiplicidade era puramente artificial; não era uma expressão clara e definida da configuração de classe no país. A esmagadora maioria das massas não estava representada (de acordo com Nevill Barbour, 90% dos revolucionários eram camponeses que se viam como voluntários).

Um olhar sobre a estrutura de classe na Palestina em 1931 mostra que 59% dos palestinos-árabes eram camponeses (19,1% entre os judeus), 12,9% dos árabes trabalhavam na indústria da construção e mineração (30,6% dos judeus), 6% dos palestinos-árabes trabalhavam em comunicações, 8,4% no comércio, 1,3% na administração etc..<sup>78</sup>

Significa que a esmagadora maioria da população não estava representada por esses partidos, já que representavam os líderes clericais e feudais, a burguesia "compradora"<sup>79</sup> urbana e certos setores da intelectualidade. Todos estavam sempre sujeitos à liderança do *Mufti* e de sua classe feudal-clerical, a qual era mais nacionalista do que os líderes que representavam a burguesia urbana. Os últimos eram representados pelos *effendis* em um tempo em que eles estavam começando a investir o seu dinheiro na indústria (essa tendência ficou mais marcada depois da derrota da revolta de 1936-1939).

A pequena burguesia em geral (pequenos comerciantes, lojistas, professores, servidores civis e artesãos) não tinha direção. Enquanto classe, não tinha influência ou importância sob o regime turco, que dependia da classe dos *effendis* e lhes deu o direito de governo local, devido ao seu crescimento em junção com a aristocracia feudal.

<sup>78</sup> Percy, Lund H., *Palestine's Economic Future*, Londres, 1946, p. 61.

<sup>79</sup> Setor da burguesia de países em posição subordinada na divisão internacional do trabalho (coloniais, semicoloniais ou independentes) que atuam como intermediários para os negócios de empresas ou países imperialistas (N. do E.).

O movimento de trabalhadores recém se estabelecera e estava, como resultado, exposto à opressão pelas autoridades, esmagado pela brutal competição com o proletariado judeu e pela burguesia, e sujeito à perseguição pela liderança do movimento nacionalista árabe.

Antes que o Alto Comitê Árabe fosse formado, com Hajj Amin al-Hussaini à frente, em 25 de abril de 1936, Jamal al-Hussaini, o líder do Partido Árabe, estava insatisfeito pelo crescimento da crença de que os ingleses eram o inimigo real – e o Partido da Defesa Nacional, que representava, primeira e principalmente, a crescente classe compradora urbana, não estava realmente disposto a um confronto aberto com os britânicos.

Apenas dois dias antes, em 23 de abril de 1936, Weizmann, o líder do movimento sionista, havia feito um discurso em Tel Aviv no qual descreveu a luta árabe-sionista, que começava a emergir, como um conflito entre elementos construtivos e destrutivos, assim colocando as forças sionistas em seu lugar enquanto instrumento de colonialismo na véspera do conflito armado. Essa era a posição sobre ambos os lados na véspera da revolta!

No campo, a revolta assumiu a forma de desobediência civil e insurreição armada. Centenas de homens em armas afluíram para juntar-se aos bandos que haviam começado a espalhar-se pelas montanhas. O não pagamento de impostos foi decidido na conferência que ocorreu na Universidade Raudat al-Ma'aref al-Wataniya em Jerusalém em 7 de maio de 1936, à qual compareceram 150 delegados representando os árabes da Palestina. Uma revisão dos nomes dos delegados feita por Isa al-Safri<sup>80</sup> demonstra que foi nessa conferência que a liderança do movimento de massas comprometeu-se com uma aliança imaterial entre

<sup>80</sup> Sifri, op. cit., pp. 39, 40.

↗ *burgesia comercial*

a liderança feudal-clerical, a burguesia comercial urbana e um número limitado de intelectuais. A resolução adotada por essa conferência era curta, mas era claro exemplo do alcance que uma direção desse tipo era capaz de chegar.

“A conferência decidiu unanimemente anunciar que nenhuma taxa será paga, a iniciar-se em 15 de maio de 1936, se o governo britânico não fizer uma mudança radical em sua política, cessando a imigração judaica.”

↙ *1936*

A resposta do governo britânico à desobediência civil e à insurreição armada foi atacar em dois pontos cruciais: primeiro, o quadro organizacional, na maioria das vezes, mais revolucionário do que a direção, e o segundo, as massas empobrecidas que haviam tomado parte na revolta e que, na verdade, não tinham nada além de suas próprias armas para se proteger.

Aqui há um longo caminho para explicar porque as duas únicas pessoas que eram comparativamente competentes em organização – Auni Abed el-Hadi e Mohammad Azat Darwazeh – foram presas, enquanto o restante foi submetido tanto a prisões quanto a perseguições até o grau de total paralisia. Isso é demonstrado pelo fato de que 61 árabes responsáveis pela organização da greve (os quadros médios) foram presos em 23 de março. Ainda assim, essas prisões não impediram o governo britânico de dar permissões a quatro líderes da revolta – Jamal al-Hussaini, Shibli al-Jamal, Abd al-Latif Salah e Dr. Izzat Tannus – para viajarem a Londres e encontrarem-se com o Ministro para as Colônias, que havia sido empossado em 12 de junho. Não havia nada fora do comum nesse incidente, que seria constantemente repetido ao longo dos subsequentes meses e anos. O Alto Comissário Britânico observou com grande satisfação que “os sermões de sábado foram muito mais moderados do que eu esperava, num tempo em que

os sentimentos eram fortes. Isso se deu principalmente graças ao *Mufti*”.<sup>81</sup>

Desde o início, a direção do movimento nacionalista palestino considerou a revolta das massas como simplesmente voltada a exercer pressão sobre o colonialismo britânico com o objetivo de melhorar as condições de vida das massas enquanto classe. Os britânicos estavam profundamente cômicos desse fato e atuaram de acordo. Eles não se preocuparam, no entanto, em garantir a essa classe as concessões que queria; Londres seguiu cumprindo com seus compromissos quanto a entregar a herança colonialista na Palestina para o movimento sionista. Além disso, foi durante os anos da revolta – 1936-1939 – que o colonialismo britânico jogou todo o seu peso em executar a tarefa de apoiar a presença sionista e colocá-la de pé, como veremos mais adiante.

Os britânicos obtiveram sucesso nisso de duas maneiras: atacando os camponeses revolucionários pobres com violência sem precedentes e utilizando sua extensa influência com os regimes árabes, fato que teve papel fundamental em liquidar a revolta.

Primeiro: os Regulamentos de Emergência Britânicos tiveram papel efetivo. Al-Sifri cita um grupo de sentenças aprovadas no período para demonstrar o quão injustos eram esses regulamentos: “Seis anos de prisão por possuir um revólver – 12 anos por possuir uma bomba – 12 anos de trabalho forçado por possuir 12 balas – oito meses sob a acusação de desorientar um destacamento de soldados – nove anos sob a acusação de possuir explosivos – cinco anos por tentar comprar munição de soldados – duas semanas de prisão por possuir um bastão... etc”.<sup>82</sup>

81 Kayyali, op. cit., p. 311.

82 Sifri, op. cit., p. 60.

De acordo com as estimativas apresentadas à Liga das Nações, o número de palestinos-árabes mortos na revolta de 1936 foi por volta de mil, além dos feridos, desaparecidos e internados. Os britânicos utilizaram a política de explodir casas em larga escala. Além de explodir e destruir parte da cidade de Jaffa (18 de junho de 1936), onde o número de casas explodidas estimado foi de 220 e o número de pessoas que ficaram sem teto, 6 mil. Além disso, centenas de cabanas foram demolidas em Jabalia, 300 em Abu Kabir, 350 em Sheikh Murad e 75 em Arab al-Daudi. Está claro que os habitantes dos quarteirões que foram destruídos em Jaffa e os das cabanas destruídas nos arredores eram camponeses pobres que haviam deixado o campo pela cidade. Nos vilarejos, de acordo com as estimativas de al-Sifri, 143 casas foram explodidas por razões diretamente ligadas à revolta.<sup>83</sup> Essas casas pertenciam a camponeses pobres, a alguns médios e a um número muito pequeno de famílias feudais.

Segundo: Amir Abdullah, da Transjordânia<sup>84</sup>, e Nuri Said começaram a agir para intermediar junto ao Alto Comitê Árabe. As suas intermediações foram mal-sucedidas, no entanto, apesar da prontidão da direção em aceitar seus bons ofícios. Mas o movimento de massas não estava ainda pronto para ser domesticado em 1936, apesar de esses contatos terem efeito negativo na revolta e deixarem um sentimento de que o conflito então em desenvolvimento estava receptivo a um acordo. E, na verdade, essa iniciativa que começou como fiasco seria completamente bem-sucedida em outubro do mesmo ano, apenas sete semanas mais tarde.

<sup>83</sup> Ibid., p. 93.

<sup>84</sup> Antiga denominação do Reino Hachemita da Jordânia. Localiza-se na margem oriental do Rio Jordão. A margem Ocidental (West Bank) é a Cisjordânia, que é parte da Palestina (N. do E.).

Não que esses contatos fossem a única forma assumida pela dialética das relações entre Palestina e os países árabes vizinhos. Essa dialética era mais complicada e refletia a complexidade dos conflitos. Nós já vimos o que al-Qassam representou nesse campo; e, na verdade, nesse sentido, o fenômeno Qassamista continua a existir. Grande número de lutadores árabes pela liberdade verteram para a Palestina; dentre eles, estava Sa'id al-As, morto em outubro de 1936, Sheikh Muhammad al-Ashmar e muitos outros. O fluxo também era composto por certo número de oficiais nacionalistas aventureiros, dos quais o mais proeminente era Fauzi al-Qawuqji que, pouco tempo após entrar na Palestina chefiando um pequeno bando, em agosto de 1936, se autodeclarou comandante-em-chefe da revolta.

Ainda que esses homens tenham melhorado e expandido as táticas dos rebeldes, a maior parte do fardo de violência revolucionária no campo e o comando das ações nas cidades seguiram sendo suportados pelos camponeses despossuídos. Na verdade, foram os "oficiais" que emergiram das fileiras dos próprios camponeses que continuaram a desempenhar o papel principal, mas a maioria estava sujeita à direção do *Mufti*. Eles também representaram um heroísmo legendário para as massas da revolução.

Apesar de os oficiais britânicos na Palestina não concordarem completamente com a política de Londres de imprudente apoio ao movimento sionista e pensarem que havia espaço para uma direção de classe árabe à qual os interesses não estivessem ligados à revolta, para cooperar com o colonialismo, a Grã-Bretanha finalmente aceitou, ao que parece, em 19 de junho de 1936, a "importância do vínculo orgânico entre a segurança dos interesses da Grã-Bretanha e o sucesso do sionismo na Palestina."<sup>85</sup> A

<sup>85</sup> Kayyali, op. cit. p. 319.

Grã-Bretanha decidiu intensificar suas forças na Palestina e aumentar as medidas repressivas.

Assustada com essa decisão, a liderança do movimento nacionalista palestino vacilou e perdeu as estribeiras. Hajj Amin al-Hussaini, Raghib Nashashibi e Auni Abd al-Hadi apressaram-se em encontrar o Alto Comissário Britânico. É evidente pelos relatórios que esse enviou a seu governo no período que eles confirmaram que estavam prontos a acabar com a revolta se os reis árabes lhes pedissem. Eles não ousavam, no entanto, admitir às massas que eram os autores dessa trama tortuosa e repetidamente negaram o fato.

Depois disso, um grande número de tropas britânicas, estimado em 20 mil, verteu para a Palestina e a 30 de setembro de 1936, quando todos haviam chegado, um decreto foi emitido impondo a lei marcial. As autoridades mandatárias intensificaram a sua política de implacável repressão, e setembro e outubro presenciaram batalhas de grande violência – as últimas batalhas, na verdade, cobrindo praticamente a totalidade da Palestina.

Em 11 de outubro de 1936, o Alto Comitê Árabe distribuiu declaração chamando o fim da greve e, assim, da revolta: “Na medida em que a submissão à vontade de Suas Majestades e Altezas, os reis árabes, e cumprir com os seus desejos é uma das nossas tradições árabes hereditárias, e na medida em que o Alto Comitê Árabe acredita firmemente que Suas Majestades e Altezas só dariam ordens que estivessem em conformidade com os interesses de seus filhos e com o objetivo de proteger os seus direitos; o Alto Comitê Árabe, em obediência à vontade de Suas Majestades e Altezas, os Reis e emires e de sua crença do grande benefício que resultará da sua mediação e cooperação, exorta o nobre povo árabe a acabar com a greve e os distúrbios, em

obediência a essas ordens, cujo único objetivo é o interesse dos árabes.”<sup>86</sup>

Exatamente um mês depois (a 11 de novembro de 1936), o “Comando-Geral da Revolta Árabe no Sul da Síria-Palestina” anunciou que “chama a que todos os atos de violência sejam completamente interrompidos, e que não deveria haver provocações direcionadas a nada passível de perturbar a atmosfera de negociações, a qual a nação árabe espera que será bem-sucedida e obterá todos os direitos nacionais”.<sup>87</sup> Dez dias depois, o comando lançou outra declaração, de que “havia abandonado o campo, em sua confiança nas garantias dos reis árabes e emires e para proteger a segurança das negociações”.<sup>88</sup>

Como diz Jamil al-Shuqairi: “Então, em obediência às ordens dos reis e emires, foi chamado o fim da greve, e as atividades da revolta vieram se encerraram no intervalo de duas horas da publicação da declaração.”<sup>89</sup>

Embora na época os britânicos desafiassem a direção palestina exatamente no ponto em que haviam enganado as massas – a questão da imigração judaica para a Palestina – e apesar de esses líderes terem decidido boicotar a Comissão Real (a Comissão Peel), os reis árabes e emires obrigaram essa direção a obedecê-los pela segunda vez em menos de três meses. O rei Abdul Aziz Al As’ud e o rei Ghazi escreveram cartas a Hajj Amin al-Hussaini dizendo: “Em vista de nossa confiança nas boas intenções do governo britânico em fazer justiça ao povo árabe, é nossa opinião de que o seu interesse requer que você se encontre com a Comissão Real.” Na verdade, esse incidente, que

<sup>86</sup> *Documents*, p. 454.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 457.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 458.

<sup>89</sup> *Collection*, p. 8.

parece trivial, despedaçou a aliança na direção do movimento nacionalista, já que as forças à direita de Hajj Amin al-Hussaini, lideradas pelo Partido da Defesa, imediatamente se opuseram à decisão de boicotar a Comissão Peel, e deram numerosas indicações de seu desejo de aceitar o acordo que os britânicos proporiam. Os líderes desse partido, que representavam principalmente os *effendis* urbanos, se apoiaram no descontentamento sentido pelos grandes mercadores nas cidades e no deslocamento dos interesses da burguesia urbana, que dependia de sólidas relações econômicas materializadas nas agências de empresas industriais britânicas, e às vezes, judaicas, que mantinham.

Os regimes árabes, especialmente o da Transjordânia, apoiaram fortemente as posições da ala direita, e Hajj Amin al-Hussaini e o que ele representava não tinham nenhuma inclinação em direção à ala esquerda, que, na verdade, ele havia começado a liquidar. Logo, suas atitudes passaram a ser crescentemente vacilantes e hesitantes, e estava claro que ele havia chegado a uma posição em que não poderia dar um único passo à frente com a revolta e, igualmente, retroceder não lhe faria bem algum. Ainda assim, quando os britânicos pensaram que poderiam naquele momento atingir a liquidação política do *Mufti* no período de quietude que seguiu ao fim da greve, eles perceberam que isso não era verdade e que a ala à direita do *Mufti* era ainda muito frágil para controlar a situação. O Alto Comissário Britânico, maliciosamente, seguiu percebendo o grande papel que o *Mufti* poderia cumprir enquanto estivesse restrito à posição entre o Partido da Defesa a sua direita e o Partido da Independência (a sua ala esquerda) e os movimentos de jovens intelectuais à sua esquerda. O Alto Comissário implementou a habilidade britânica de tomar vantagem da grande margem entre “a inflexibilidade (obstinação) dos

aldeões que resistiram por seis meses, recebendo baixos pagamentos, mas não se entregando à pilhagem e à fraqueza ou não existência de grandes qualidades da liderança dentre os membros do Alto Comitê Árabe”.<sup>90</sup>

A exatidão da visão do Alto Comissário do papel limitado que a ala direita do *Mufti* poderia cumprir foi demonstrada quando o Partido da Defesa falhou em tomar posição inequívoca contra o relatório da Comissão Peel, que, publicado em 7 de julho de 1937, recomendou a partilha [da Palestina] e o estabelecimento de um estado judeu.

Ao mesmo tempo, ficou claro que o temor do Alto Comissário de que a pressão vinda da ala esquerda do *Mufti* pudesse levar a ruídos para abandonar a sua atitude moderada não era infundado. Essa pressão, no entanto, não era exercida pelo quartel de onde esperava o Alto Comissário, mas dos quadros médios que ainda estavam representados tanto nos comitês nacionais quanto, cotidianamente, por grupos de camponeses despossuídos e trabalhadores desempregados nas cidades e no campo.

Assim, a única saída ao *Mufti* foi fugir. Ele evitou a prisão, tornando-se um refugiado em Haram al-Sharif, mas os eventos o forçaram a uma posição que ele não foi capaz de assumir um ano antes. Em setembro de 1937, Andrews, o comissário distrital da Galileia, foi baleado por quatro comandos armados fora da igreja anglicana em Nazaré. Andrews era “o único oficial que administrou o mandato como os sionistas consideram correto. Ele nunca obteve sucesso em ganhar a confiança dos *Fellahin* [camponeses palestinos]”. Os árabes viam-no como amigo dos sionistas e acreditavam que sua tarefa era facilitar a transferência da Galileia para o estado sionista que havia sido demarcado na proposta de partição. Os camponeses árabes não gos-

<sup>90</sup> Kayyali, op. cit., p. 326.

tavam dele e o acusavam de facilitar a venda das terras de Huleh, e acredita-se que os comandos que o mataram pertenciam a uma das células secretas dos Qassamistas.<sup>91</sup>

Embora o Alto Comitê Árabe tenha condenado esse incidente na mesma noite, a situação, exatamente como havia ocorrido quando al-Qassam foi morto, saiu do controle do *Mufti* e seu grupo, a ponto de, se quisessem se manter à frente do movimento nacionalista, terem que se agarrar e surfar na onda crescente, como havia acontecido em abril de 1936.

Dessa vez, porém, o entusiasmo revolucionário das massas foi mais violento, não apenas por conta da experiência que haviam adquirido durante o ano anterior, mas também porque o conflito que estava acontecendo ante os seus olhos havia se tornado cada vez mais claro. É certo que essa etapa da revolta foi substancialmente, se não completamente, direcionada contra os britânicos mais do que contra os sionistas. O crescimento do conflito levou à cristalização de posições mais definidas; os camponeses estavam quase que completamente no comando da revolta, o papel da burguesia urbana havia retrocedido um pouco, e as pessoas abastadas no campo e os grandes e médios camponeses estavam hesitantes em apoiar os rebeldes, enquanto as forças sionistas passaram efetivamente à ofensiva.

Há duas questões importantes a serem consideradas no que diz respeito a esse estágio da revolta:

1. “Os árabes contataram os sionistas, propondo que eles chegassem a algum acordo em base à completa separação de relações com a Grã-Bretanha. Mas os sionistas imediatamente rejeitaram, porque viam suas relações com

91 Neville Barbour, *Nisi Dominus*, Londres, pp. 183-193.

a Grã-Bretanha como fundamental.”<sup>92</sup> Isso foi acompanhado por um crescente número de sionistas servindo a polícia na Palestina; de 365 em 1935 para 682 em 1936 e, ao final daquele ano, o governo anunciou o recrutamento de 1.240 sionistas como adicional de policiamento armado com rifles militares. Um mês depois, o número subiu para 2.836<sup>93</sup>, e oficiais britânicos desempenharam papel proeminente em liderar grupos sionistas em ataques a vilarejos palestinos árabes.

2. O fato de que a liderança da revolta estava fora da Palestina (em Damasco) tornou o papel da liderança local, a maioria da qual era de origem camponesa pobre, mais importante do que havia sido no período anterior. Ela estava profundamente ligada com os camponeses. Explica em muito a que extensão a revolta era capaz de chegar. Nesse período, por exemplo, Abd al-Rahim al-Hajj surgiu como comandante local, e os comunistas dizem que estavam em contato com ele e o supriam com informações.<sup>94</sup> Esse desenvolvimento poderia ter constituído um ponto de virada histórico na revolta, se não fosse pela debilidade da “esquerda”, tanto no sentido relativo quanto literal, e não fossem esses comitês locais obrigados a manter o seu vínculo organizativo, até certo ponto, com o “Comitê Central para a Luta” (*Jihad*) em Damasco, não apenas por causa de sua tradicional lealdade a este, mas também porque eles dependiam relativamente dele para financiamento.

Em toda a história da luta palestina, a revolta popular armada nunca esteve tão perto da vitória quanto nos meses entre o fim de 1937 e o começo de 1939. Nesse período,

92 Kayyali, op. cit., p. 338.

93 Jewish Observer, set. 20, 1963, Londres, pp. 13-14.

94 Abdul Qadir Yasin, al Katib, nº 121, Abril 1971, p. 114.

as forças britânicas que dominavam a Palestina estavam enfraquecidas, o prestígio do colonialismo estava no seu ponto mais baixo, e a reputação e influência da revolta tornaram-se a força principal no campo.

No entanto, nessa época, a Grã-Bretanha ficou mais convencida de que deveria confiar nos sionistas que haviam lhe provido uma situação única, que não haviam encontrado em nenhuma outra colônia – eles tinham a sua disposição uma força local que compartilhava com a Grã-Bretanha a causa do colonialismo e era altamente mobilizada contra a população local.

Na época, a Grã-Bretanha começou a alertar para a necessidade de desviar parte de suas forças militares para confrontar a cada vez mais crítica situação na Europa. Assim, a Grã-Bretanha via com crescente benevolência “a rápida organização de forças de defesa judaicas voluntárias de 6.500 homens que já existia”.<sup>95</sup> Já havia se direcionado de alguma forma a buscar a política de confiar na força sionista local e entregar-lhe muitas das tarefas de repressão, que se ampliavam. Ainda assim, não destruiu a ponte que sempre manteve com a classe liderada pelo *Mufti*, e foi nesse terreno e período em particular que os britânicos desempenharam papel preponderante em manter o *Mufti* como o incontestável representante dos palestinos-árabes. As forças à direita do *Mufti* estavam praticamente exauridas, a ponto de que se o *Mufti* não fosse mais considerado como o único líder, “ninguém poderia representar os árabes, exceto os líderes da revolta nas montanhas”, como o Alto Comissário Britânico para a Palestina disse.<sup>96</sup> Não há dúvidas que isso, dentre outras razões, contribuiu para manter o *Mufti* na liderança do movimento nacionalista

95 Kayyali, op. cit., p. 346.

96 Ibid., p. 346.

palestino, apesar de ele ter deixado seu local de refúgio na Mesquita de al-Aqsa de forma precipitada e estar em Damasco desde o fim de janeiro de 1937.

A opressão britânica, que se intensificava em níveis inesperados, e a ampliação dos ataques policiais, prisões em massa e execuções durante 1937 e 1938 enfraqueceram a revolta, mas não puseram fim a ela. Os britânicos entenderam tanto em essência quanto em substância, assim como sua liderança local, que essa era uma revolta camponesa. Como resultado, o espírito revolucionário que prevaleceu em toda a Palestina levou todos nas cidades a usarem adereços na cabeça (*keffiyah* e *agal*) para que os homens do campo não fossem submetidos à opressão pelas autoridades. Mais tarde, todos foram proibidos de levar seus cartões de identificação para que as autoridades não distinguíssem entre homens do vilarejo e do campo.

Essa situação indica claramente a natureza da revolta e sua influência na época. O campo em geral era o berço da revolta, e a ocupação temporária das cidades em 1938 foi alcançada após ataques dos camponeses<sup>97</sup> vindos de fora. Significa que os camponeses e os aldeões em geral estavam pagando os preços mais altos.

Em 1938, grande número de camponeses foi executado meramente por estar em posse de armas. Um rápido olhar na lista de nomes daqueles que foram mandados para as prisões ou para as forcas nos mostra que a esmagadora maioria era de camponeses pobres. Por exemplo, “todos os habitantes do vilarejo de Ain Karem, um número de 3 mil, foram sentenciados a andar dez quilômetros todos os dias

97 Em maio de 1938 os rebeldes ocuparam Hebron (*Al Khalil*), após terem já ocupado o porto velho de Jerusalém (*Al Quds*). Em 9 de setembro, eles ocuparam Beersheba e libertaram prisioneiros. Em 5 de outubro, eles ocuparam Tiberias; no começo de agosto, partes de Nablus etc.

para reportarem-se à delegacia de polícia”.<sup>98</sup> Durante esse período, a Grã-Bretanha sentenciou cerca de 2 mil palestinos-árabes a longos períodos de encarceramento, demoliu mais de 5 mil casas e executou por enforcamento 148 pessoas no cárcere em Acre, e mais de 5 mil foram presos por períodos diversos.<sup>99</sup>

A Grã-Bretanha, que em novembro de 1938 havia abandonado a proposta de partição recomendada pelo Relatório Peel, começava então a tentar ganhar tempo. A Conferência da Mesa-Redonda realizada em Londres em fevereiro de 1939 foi uma típica ilustração da transação duvidosa que acontecia silenciosamente o tempo todo entre o comando da revolta palestina e os britânicos, que sabiam ao certo que o comando estava pronto a barganhar a qualquer momento. É claro, Jamal al-Hussaini não foi sozinho à Conferência da Mesa-Redonda em Londres; ele estava acompanhado pelos representantes dos países árabes “independentes”. Logo, os regimes árabes, sujeitos ao colonialismo, estavam destinados pela segunda vez em menos de dois anos a impor a sua vontade aos árabes da Palestina através da identidade (latente e potencial) de interesses de todos aqueles que sentaram em volta da mesa-redonda em Londres.

Os discursos feitos por Jamal al-Hussaini, Amir Faisal (Árabia Saudita), Amir Hussein (Iemen), All Mahir (Egito) e Nuri al-Sa'id (Iraque) – que declarou que estava falando enquanto um amigo próximo da Grã-Bretanha e não queria dizer uma palavra sequer que pudesse ferir os sentimentos de nenhum britânico, porque era seu amigo do fundo do peito –<sup>100</sup> somente confirmaram o sucesso da

98 Bouyissir, op. cit., p. 247.

99 Ibid., p. 247.

100 Ibid., p. 258.

política que a Grã-Bretanha havia por tanto tempo cuidadosamente perseguido cara a cara com a direção do movimento nacionalista palestino; ela não o abandonou e o manteve constantemente no final de uma ponte aberta. E os britânicos estavam confiantes de que o Iraque e a Arábia Saudita “estavam preparados para usar sua influência sobre os líderes palestinos para pôr fim à revolta e assegurar o sucesso da conferência”.

No entanto, a revolta na Palestina não retrocedeu (de acordo com números oficiais, em fevereiro de 1939, 110 foram mortos e 112, feridos em 12 combates com os britânicos, 39 vilarejos foram vasculhados, toques de recolher foram impostos em três cidades por três vezes, cerca de 200 aldeões foram presos, cinco departamentos governamentais incendiados, dez árabes executados sob acusação de porte de armas, houve ataques a dez assentamentos sionistas, o oleoduto foi explodido, um trem entre Haifa e Lydda foi minado, e um posto de busca foi estabelecido na Mesquita de al-Aqsa).

Os números britânicos apresentados pelo Secretário Colonial demonstram que “entre 20 de dezembro e 29 de fevereiro, houve 348 incidentes de assassinato, 140 atos de sabotagem, 19 sequestros, 23 roubos, explosões de nove minas e 32 bombas, enquanto o Exército teve 18 mortos e 39 feridos, e os palestinos, 83 mortos e 124 feridos; esses números não incluem baixas do lado dos rebeldes”<sup>101</sup>.

A situação continuou assim até setembro de 1939, o mês em que a Segunda Guerra Mundial eclodiu. Nesse ínterim, os palestinos-árabes sofreram perdas insubstituíveis; a liderança, muito longe do espírito de conciliação que prevalecia, estava fora do país, os recém-constituídos comandos locais estavam caindo um após o outro nos vários

101 al-Ahram, 1 de Março, 1939, Cairo.

campos de batalha, a opressão britânica atingiu o seu clímax, e a violência sionista estava num crescente constante desde meados de 1937. Não há dúvidas de que a presença ostensiva dos britânicos e sua persistência na arena palestina exauriu os rebeldes, os quais, com sua direção, não sabiam mais contra quem exatamente estavam lutando ou porquê. Por um momento, a direção falava da tradicional amizade e interesses comuns com os britânicos, em outro, iria tão longe quanto concordar em garantir a autonomia aos judeus nas áreas onde estes estavam assentados. Não há dúvidas de que a hesitação da direção e sua inabilidade em determinar um objetivo claro pelo qual lutar teve sua parte em enfraquecer a revolta.

Mas isso não deve nos levar a negligenciar o fator objetivo: os britânicos usaram duas divisões das tropas, muitos esquadrões aéreos, a polícia e a Força Fronteiriça da Transjordânia, além de forças quase-sionistas com 6 mil membros; tudo para ganhar o controle sobre a situação. (A Comissão Peel admitiu que gastos com segurança na Palestina haviam aumentado de PL 826.000 em 1935 para PL 2.223.000 em 1936).

Essa campanha de terrorismo e os esforços que foram feitos para cortar os elos dos rebeldes com os vilarejos exauriram a revolta. O assassinato de Abd al-Rahim al-Hajj Muhammad em março de 1939 representou um golpe esmagador sobre a revolta, privando-a de um dos mais bravos, mais sábios e mais honestos dos líderes revolucionários populares. Depois disso, os comandos locais começaram a entrar em colapso e deixar o campo. Além disso, a aproximação franco-britânica às vésperas da Segunda Guerra Mundial certamente facilitou o cerco aos rebeldes; Arif Abd al Razzaq, esgotado pela fome e pela perseguição, foi entregue aos franceses, junto

com alguns de seus seguidores; as forças jordanianas prenderam Yusuf Abu Daur e o entregaram aos britânicos, que o executaram. Além disso, o terrorismo britânico e sionista nos vilarejos fez com que as pessoas ficassem com medo de apoiar os rebeldes e supri-los com munição e comida e, sem dúvida, a ausência de até mesmo uma mínima organização tornou impossível superar esses obstáculos.

Na época, o Partido Comunista Palestino atribuiu o fracasso da revolta a cinco causas principais:

1. A ausência de direção revolucionária;
2. O individualismo e oportunismo dos líderes da revolta;
3. A falta de comando central para as forças revoltosas;
4. A fraqueza do Partido Comunista Palestino;
5. A situação mundial desfavorável.<sup>102</sup>

No conjunto, isso está correto, mas a essas causas deve ser adicionado o fato de que o Partido Comunista era próximo à direção de Hajj Amin al-Hussaini, a quem via como “pertencendo à ala mais extremamente anti-imperialista do movimento nacionalista”, enquanto considerava seus inimigos traidores “feudalistas”.<sup>103</sup> E isso a despeito do grupo do *Mufti* não ter absolutamente nenhuma hesitação em liquidar os elementos esquerdistas que tentaram penetrar nos círculos laborais.

A esquerda comunista, além de ser fraca, era incapaz de atingir o campo; estava concentrada em certas cidades. Ela falhou em arabizar o partido, como o Sétimo Congresso da Comintern havia recomendado, e foi ainda vítima de sua visão limitada sobre a unidade árabe e sobre as relações

<sup>102</sup> Yasin, op. cit. p. 115.

<sup>103</sup> Ibid., p. 114.

com o restante da pátria árabe, na medida em que estas refletissem as lutas, o que teve repercussões organizativas.

Está claro que, sobretudo, a grande falha responsável por essa derrota foi a grande lacuna causada pela rápida movimentação na sociedade palestina que, como vimos, estava passando por uma transformação extremamente violenta de uma sociedade árabe agrária para uma sociedade judaica industrial. Essa foi a verdadeira razão pela qual a burguesia nacionalista árabe e a pequena burguesia não cumpriram seu papel histórico no movimento nacionalista palestino na época, e permitiram que os líderes religiosos feudais dirigissem esse movimento por um longo período sem rivais.

Dr. Abd al-Wahhab al-Kayyali acrescenta outras causas importantes: “Cansaço da luta”, ele diz, “constante pressão militar, e a esperança de que alguns aspectos do Livro Branco seriam aplicados, além da falta de armas e munição, todos cumpriram sua parte em dificultar a continuidade da revolta. Além disso, tendo em vista que o mundo estava à beira da Segunda Guerra Mundial, a França suprimiu os quartéis dos rebeldes em Damasco”<sup>104</sup>.

A tudo isso, podemos adicionar dois importantes fatores interconectados que podem ser discutidos conjuntamente, uma vez que tiveram papel preponderante em frustrar a revolta. Eles são a atitude da Transjordânia, materializada na atitude do subserviente regime liderado por Amir Abdullah, e a atividade levada adiante pelos agentes internos da contrarrevolução, que estavam na periferia das atividades terroristas das forças britânicas e sionistas.

O Partido da Defesa, liderado por Raghib Nashashibi, desempenhou o papel de representante legal do subserviente regime transjordaniano no movimento nacionalista

<sup>104</sup> Kayyali, op. cit., p. 359.

palestino. Esse vínculo servia provavelmente como um tipo de camuflagem, com o objetivo de ocultar suas conexões com o colonialismo britânico em meio à batalha na qual esse era o principal inimigo. O vínculo, então, com o regime na Transjordânia era um tipo de camuflagem aceito pelos dois lados. O Partido da Defesa consistia em um pequeno grupo de *effendis* urbanos que representava sobretudo os interesses da nascente burguesia compradora e começava a descobrir que sua existência e crescimento dependiam de estar ligada não apenas ao colonialismo britânico, mas também ao movimento sionista que controlava a transformação industrial da economia palestina. Devido a essa situação de classe, é possível sintetizar as suas histórias dizendo que eles “cooperaram com as autoridades da ocupação no campo administrativo e com os sionistas no campo comercial, venderam terras aos judeus, atuaram como corretores, disseminaram desconfiança, impediram atividades nacionalistas, fortaleceram os elos entre Abdullah, Hussaini e os sionistas em 1923-1924, apoiaram a imigração e o mandato nos anos 1920 e a partição nos anos 1930, defenderam o estabelecimento de um lar nacional judeu em parte da Palestina e a entrega da outra parte à Transjordânia... etc.”<sup>105</sup>.

Enquanto Amir Abdullah, da Transjordânia, suprimia o movimento de massas transjordaniano que, por iniciativa própria, havia decidido na conferência popular presidida por Mithqal al-Faiz, na aldeia de Umm al-Amd, apoiar a revolta palestina com homens e materiais, os britânicos decidiram considerar a Transjordânia como parte do campo de ações contra as atividades dos rebeldes palestinos.

<sup>105</sup> Sayegh, Anis, *The Hashemite & The Palestine Question*, Beirute, 1966, p. 150.

O papel desempenhado pelo subserviente regime transjordânico foi além; ele fechou as estradas para o Iraque para impedir a chegada de qualquer apoio e restringiu a movimentação dos líderes palestinos que, após a construção do emaranhado de arame farpado ao longo da fronteira norte da Palestina, foram obrigados a intensificar suas atividades a partir da Transjordânia. As atividades do regime culminaram na prisão em 1939 de dois líderes palestinos. Um deles, Yusuf Abu Durrar, foi entregue aos britânicos e então executado.

Nesse momento, as forças do regime transjordânico estavam engajadas lado a lado com as tropas britânicas e as gangues sionistas em perseguir os rebeldes. Não há dúvida que esse papel desempenhado pelo regime transjordânico incentivou elementos da contrarrevolução interna a intensificarem as suas atividades. Alguns líderes do Partido da Defesa tomaram parte no estabelecimento do que chamavam “destacamentos de paz”, pequenas forças mercenárias que foram formadas em cooperação com os ingleses e ajudavam a perseguir os rebeldes, participando de enfrentamentos contra eles e os expulsando de algumas posições sob seu controle. Fakhri al-Nashashibi liderou uma dessas divisões, armando-as e dirigindo suas atividades... Isso levou ao seu assassinato alguns meses depois do fim da revolta<sup>106</sup>. Antes, a campanha selvagem para desarmar inteiramente a Palestina dependera de “encorajar elementos hostis ao *Mufti* em supri-los (os britânicos) com informações e em identificar os rebeldes”.<sup>107</sup> A posição do Iraque e da Arábia Saudita na época não era muito melhor do que a do regime jordaniano. Na conferência de Londres, eles expressaram sua prontidão em “usar sua influência com os

106 Ibid. Ver também al-Talia'a, nº 4, 7 de Abril, 1971, Cairo, p. 98.

107 Kayyali, op. cit., p. 348.

líderes palestinos para pôr fim à revolta”.<sup>108</sup> Mas nada disso podia fazer dos líderes da contrarrevolução (os agentes dos britânicos) uma força que tivesse qualquer peso junto às massas. Ao contrário, isso fortaleceu o *Mufti* e sua liderança, enquanto se pretendia, com o incentivo aos elementos contrarrevolucionários, dentre outras coisas, reduzir o *Mufti* e confiná-lo em um campo no qual poderia, por fim, ser controlado. Em todo o período, os britânicos atuaram com a convicção que al-Nashashibi nunca seria um substituto para o *Mufti*.

O pequeno e marginal grau de manobra do comando do *Mufti*, que era resultado de disputas menores em andamento entre os colonialismos francês na Síria e Líbano e britânico, não foi capaz de direcionar a uma mudança radical no equilíbrio de poder, e rapidamente contraiu-se a nível de quase inexistir na véspera da guerra.

Esses fatos, no conjunto, demonstram que a revolta palestina foi atacada e sofreu golpes em seus três pontos mais vitais:

1. O ponto subjetivo – significando a incapacidade, hesitação, fraqueza, subjetividade e anarquia de seus vários líderes.
2. O ponto árabe – significando a conspiração dos regimes árabes em frustrá-la num período em que o débil movimento popular nacionalista árabe estava somente interagindo com a revolta palestina de forma seletiva, subjetiva e marginal.
3. O ponto internacional – significando o imenso desequilíbrio objetivo de poder que resultou da aliança de todos os membros do campo colonialista uns com os outros e também com o movimento sionista, que teria desde então a seu dispor uma considerável força ofensiva na véspera da Segunda Guerra Mundial.

108 Uma carta de Bagdá para o Ministro do Exterior britânico. 31 de outubro de 1930. Citado em Kayyali, Ibid. p., 349.

A melhor estimativa sobre a revolta de 1936 a 1939 aponta que as perdas humanas árabes nos quatro anos totalizam 19.792 mortos e feridos, incluídas as baixas sofridas pelos árabes-palestinos nas mãos das gangues sionistas no mesmo período.

Essa estimativa é baseada nas primeiras admissões conservadoras contidas nos relatórios britânicos oficiais, checados em contraste com outros documentos<sup>109</sup>. Esses cálculos estabelecem que 1.200 árabes foram mortos em 1936, 120 em 1937, 1.200 em 1938 e 1.200 em 1939. Além disso, 112 árabes foram executados e 1.200, assassinados em várias operações terroristas. A soma, portanto, de árabes mortos é de 5.032, enquanto 14.760 foram feridos na revolta de 1936-1939.

O número de detentos foi de cerca de 816 em 1937, 2.463 em 1938 e aproximadamente 5.679 em 1939. O real significado desses números pode ser demonstrado em comparações. Em relação ao número de habitantes, as perdas palestinas em 1936-1939 equivaleriam às perdas pelos britânicos de 200 mil mortos, 600 mil feridos e 1,224 milhão de presos. No caso da América, as perdas significariam 1 milhão de mortos, 3 milhões de feridos e 6,120 milhões de presos!

Mas a real e mais séria perda está no rápido crescimento de ambos os setores, militar e econômico, os quais assentaram as bases da entidade sionista colonial na Palestina. Não é exagero dizer que essa presença econômica e militar dos sionistas, cujos elos com o imperialismo ficaram mais fortes, estabeleceram suas principais fundações nesse período (entre 1936 e 1939) e um historiador israelense vai tão longe quanto afirmar que “as condições para a vitória

109 Walid Khalidi ed., *From Haven to Conquest*, IPS, Beirute, 1971, pp. 836-849.

que os sionistas tiveram em 1948 foram criadas no período da revolta árabe”<sup>110</sup>.

A política geral seguida pelos sionistas durante esse período pode ser vista em sua profunda determinação em evitar quaisquer conflitos entre eles e as autoridades mandatárias, até mesmo quando os últimos, fortemente pressionados pelos rebeldes árabes, foram obrigados a recusar algumas das vigorosas demandas do movimento sionista.

Os sionistas sabiam que se dessem aos britânicos – que na época possuíam o mais forte e mais agressivo exército colonial do mundo – a chance de esmagar a revolta árabe na Palestina, esse exército estaria cumprindo maior serviço aos seus planos do que eles jamais haviam sonhado.

Assim, os principais planos sionistas correram através de duas linhas paralelas: a aliança mais próxima possível com os britânicos – ao extremo que o 20º Congresso Sionista, realizado no verão de 1937, expressou sua prontidão em aceitar a partição em sua determinação em conciliar-se com os britânicos e evitar qualquer choque com esses. Tal política foi exercida de modo a permitir que o império colonialista esmagasse a revolta árabe que eclodiu novamente naquele mesmo verão.

A outra linha de sua política consistia na contínua mobilização interna da sociedade dos colonos sionistas, sob o *slogan* adaptado por Ben Gurion na época de “não há alternativa”, que enfatizava a necessidade de assentar os alicerces de uma sociedade militar – e seus instrumentos militares e econômicos.

A questão da maior conciliação possível com os britânicos, apesar de eles terem, por exemplo, tomado medidas para reduzir a imigração judaica, foi ponto crucial na história da política sionista durante o período – e apesar de

110 Bouyissir, op. cit., p. 21.

haver no movimento certos elementos que rejeitavam o que chamavam de “autocontrole”, a voz dessa minoria não teve nenhum efeito. A lei que guiou as políticas sionistas durante esse período foi aquela sintetizada por Weizmann: “Há completa similaridade entre os interesses dos sionistas e dos britânicos na Palestina.”

Durante esse período, a cooperação e interação entre as duas linhas políticas – (1) aliança com o mandato britânico ao limite máximo possível e (2) a mobilização da sociedade colonial judaica – tiveram consequências extremamente importantes.

A burguesia judaica tirou vantagem da propagação da revolta árabe para implementar muitos dos projetos que não teria sido capaz sob circunstâncias distintas. Subitamente livre da competição com a produção agrícola árabe-palestina barata<sup>111</sup>, essa burguesia procedeu ações para promover a sua existência econômica. Naturalmente, não foi possível fazê-lo sem as bênçãos dos britânicos.

Durante a revolta, os sionistas e as autoridades mandatárias foram bem-sucedidos em construir uma rede de rodovias entre as principais colônias sionistas e as cidades que mais tarde formariam a porção básica da infraestrutura da economia sionista. Depois, a principal rodovia de Haifa a Tel-Aviv foi pavimentada, e o porto de Haifa foi expandido e aprofundado. Um porto foi construído em Tel-Aviv, o que mais tarde “mataria” o porto de Jaffá. Além disso, os sionistas monopolizaram contratos para suprir as tropas britânicas que começavam a inundar a Palestina.

111 Tomemos um exemplo, salários pagos pelos cultivadores de frutas cítricas – o mais importante produto agrícola na Palestina. Em 1936, o Conselho Geral de Agricultura fixou os salários dos trabalhadores judeus em PL 12 por dunum por ano e o dos trabalhadores árabes em PL 8.

Cinquenta colônias sionistas foram estabelecidas entre 1936 e 1939 e, entre 1936 e 1938, judeus investiram PL 1.268.000 em trabalhos de construção em cinco cidades judaicas, contra apenas PL 120.000 investidos por árabes em 16 vilarejos árabes no mesmo período. Judeus também se envolveram largamente nos projetos de segurança britânicos empreendidos para absorver o grande número de judeus trabalhadores desempregados, que cresciam constantemente em números nas fronteiras da Palestina. “Os britânicos empregaram trabalho judeu ao custo de PL 100 mil na construção<sup>112</sup>, assim como em dezenas de outros projetos”.

Números publicados posteriormente nos dão uma ideia mais precisa: o valor das exportações de bens manufaturados locais cresceu de PL 478.807 em 1935 para quase o dobro em 1937 (PL 896.875), apesar da revolta<sup>113</sup>. Isso só pode ser explicado pelo grande aumento de atividade da economia judaica.

O espectro dessa mobilização expandiu-se do campo econômico, em aliança com o mandato, para o campo militar, em conspiração com este.

Os britânicos perceberam que o seu aliado sionista estava qualificado para cumprir o papel que ninguém mais poderia desempenhar tão bem. Na verdade, Ben Gurion diz somente parte da verdade quando admite que o número de judeus recrutados na força quase-policia armada com rifles subiu para 2.863 em setembro de 1936, porque era apenas parte da força judaica – havia 12 mil homens na Haganah em 1937, além de mais 3 mil na Organização Militar Nacional de Jabotinski<sup>114</sup>. A aliança desses, enquanto

112 Barbour, op. cit. p. 193.

113 Himadeh, op. cit., p. 323.

114 Bouyissir, op. cit., p. 323.

verdadeiros representantes do movimento sionista, com o colonialismo britânico, levou à ideia de uma “força quase-policia” na primavera de 1936. A ideia serviu como cobertura para a presença sionista armada que gozou das bênçãos e encorajamento dos britânicos.

Essa força serviu como transição por alguns meses, durante os quais a Haganah preparou-se, no início de 1937, para um novo estágio. Não somente os britânicos estavam cientes disso, mas de fato ajudaram a moldá-lo. Esse estágio consistia em incursões por patrulha e operações limitadas contra palestinos-árabes, cujo principal objetivo era distraí-los e confundi-los. Teria sido impossível avançar para esse estágio e, ao mesmo tempo, manter a trégua (a aliança) com as autoridades mandatárias sem um plano conjunto. Ben Gurion afirma que a farsa da polícia sionista adicional proveu uma “moldura” ideal para os treinamentos da Haganah<sup>115</sup>.

No verão de 1937 foi dado a essa força o nome de “Defesa das Colônias Judaicas”, mais tarde alterado para “Polícia das Colônias”. Ela foi organizada sob a supervisão do mandato britânico em todos os cantos do país, e os britânicos se incumbiram de treinar seus membros. Em 1937, foi fortalecida com 3 mil novos membros, todos os quais desempenharam papel direto nas operações de repressão contra os rebeldes palestinos, especialmente no norte. Em junho de 1938, os britânicos decidiram que operações de ofensiva deveriam ser realizadas contra os rebeldes. Portanto, realizaram cursos de instrução sobre o tema, os quais proveram treinamento para um grande número de quadros da Haganah, que mais tarde se tornariam quadros do exército de Israel<sup>116</sup>. No início de 1939, o exército

115 Ben Gurion, op. cit., p. 372.

116 Ibid., p. 373.

britânico organizou dez grupos de Polícia das Colônias, bem armados, aos quais foram dados nomes hebreus. Aos membros dessa força, foi permitido abandonar o *Qalbaq*, o protetor de cabeça oficial, pelo chapéu australiano, para torná-los ainda mais distintos. Esses grupos totalizaram 14.411 homens, cada um comandado por um oficial britânico, que era assistido por um segundo em comando apontado pela Agência Judaica. Na primavera de 1939, os sionistas também tinham 62 unidades motorizadas, de oito a dez homens cada.

Na primavera de 1938, o comando britânico decidiu confiar a esses elementos sionistas a defesa das ferrovias entre Haifa e Lydda – frequentemente explodidas por comandos palestinos – e enviou 434 membros para executar a missão. No entanto, apenas seis meses depois, a Agência Judaica conseguiu elevar seus números a 800. Esse desenvolvimento não foi útil somente para acumular forças do exército sionista, mas também ajudou a absorver grande número de judeus trabalhadores desempregados, que cresciam constantemente nas cidades. Dessa forma, o proletariado judeu foi conduzido a trabalhar em organizações repressivas, não somente nos projetos de segurança britânicos direcionados contra a revolta, mas também na força militar sionista.

As bases do aparato militar sionista foram estabelecidas sob supervisão britânica. À força sionista a que havia sido confiada a defesa da ferrovia de Haifa-Lydda, foi dada mais tarde a defesa do oleoduto na planície de Bashan. Esse oleoduto, que havia sido recentemente construído (1934) para trazer petróleo de Kirkuk para Haifa, havia sido explodido muitas vezes pelos rebeldes palestinos.

Isso tinha imenso valor simbólico. Os rebeldes árabes, conscientes do valor do petróleo para os exploradores bri-

tânicos, explodiram o oleoduto pela primeira vez perto de Irbid em 15 de julho de 1936. Este foi depois explodido diversas vezes perto dos vilarejos de Kaukab, Hawa, Mihna Israil, Iksal e entre at-Ufula e Bashan, e em Tell Adas, Bira, Ard al-Marj, Tamra, Kafr Misr, Jisr al-Majami, Jinjar, Bashan e Ain Daur. Os britânicos eram incapazes de defender esse oleoduto vital, e admitiram o fato, tanto que o “cano”, como os árabes-palestinos o chamavam, foi consagrado no folclore que glorificava atos de heroísmo popular.

De qualquer maneira, os britânicos asseguravam proteção mínima para o oleoduto em dois sentidos. Dentro da Palestina esse foi defendido por grupos sionistas, enquanto no território jordaniano a tarefa de guardá-lo foi dada a “Sheikh Turki ibn Zain, chefe da subdivisão Zain da tribo Bani Sakhr, a quem a companhia autorizou a patrulhar o deserto por quaisquer meios necessários”.<sup>117</sup>

Ben Gurion quase revelou esse fato diretamente, quando falou sobre os esforços britânicos em estabelecer uma força aérea sionista, a qual teria por tarefa salvaguardar tais interesses.

Os britânicos, num estágio inicial, foram capazes de enxergar a estratégia chamada 30 anos mais tarde pelos americanos de “vietnamização”. Isso foi de extrema importância, porque foi esse incidente que fortaleceu a convicção britânica de que a formação de uma força de combate sionista resolveria muitos problemas ligados à defesa dos interesses imperialistas, acompanhado pelos esforços para formar as forças armadas sionistas para proteger tais interesses.

Nesse terreno, o oficial britânico Charles Orde Wingate desempenhou papel proeminente, traduzindo a aliança anglo-sionista em ação prática. Historiadores sionistas

<sup>117</sup> Sifri, op.cit., pp. 131-132.

tentam dar a impressão de que os esforços de Wingate foram consequência de temperamento pessoal e devoção “idealista”. Mas é óbvio que a esse oficial inteligente, que foi mandado a Haifa pelos seus chefes no outono de 1937, foi confiada uma tarefa em especial – a formação de um núcleo de forças de ataque para as forças armadas sionistas que já existiam há pelo menos seis meses, mas que precisavam de cristalização e preparação.

O oficial britânico, que os soldados “israelenses” consideram o real fundador do exército “israelense”, fez do problema do oleoduto a sua tarefa especial. No entanto, essa tarefa levou a uma série de operações envolvendo terrorismo e assassinato, e foi Wingate quem tomou para si a tarefa de ensinar seus pupilos em Ain Daur – dentre os quais estava Dayan – a tornarem-se *experts* em tais operações.

Não há dúvidas que, além de suas qualificações como um experiente oficial imperialista, Wingate estava munido de ilimitado ódio racista pelos árabes. É evidente, a partir das biografias escritas por aqueles que o conheciam, que ele se deliciava em matar ou torturar camponeses árabes ou humilhá-los de qualquer forma<sup>118</sup>.

Através de imperialistas como Wingate e de líderes reacionários do tipo de Amir Abdullah, os britânicos possibilitavam ao movimento sionista tornar-se, no campo militar e econômico, o posto avançado para seus interesses. Tudo isso aconteceu devido à convicção de todos os envolvidos de que a liderança do movimento nacionalista palestino não era suficientemente revolucionária a ponto de capacitá-lo a levantar-se contra esses inimigos intimamente unidos.

Em meio a tudo isso, o movimento nacionalista palestino, paralisado por fatores subjetivos que mencionamos

<sup>118</sup> Khalidi, op. cit., p. 375-378.

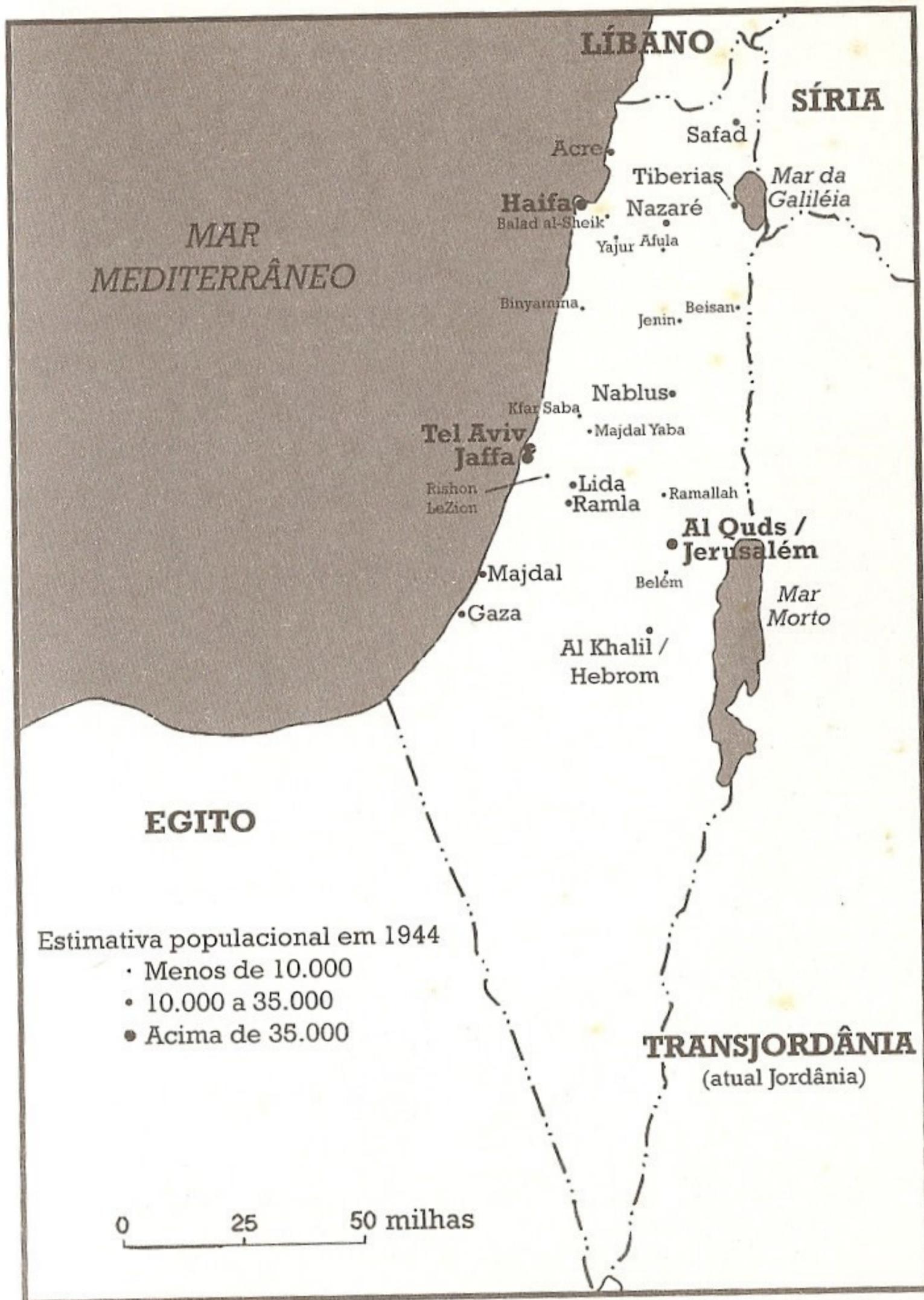
e pelos violentos ataques lançados tanto por britânicos quanto pelos sionistas, estava em situação difícil às vésperas da Segunda Guerra Mundial. As afirmações de alguns historiadores de que os árabes “pararam” sua revolta para permitir aos britânicos travarem sua guerra mundial contra o nazismo são tolas e refutadas não somente pelos fatos, mas também por Hajj Amin al-Hussaini ter se refugiado na Alemanha nazista durante toda a guerra.

Esse quadro como um todo representa o mapa político e social que prevaleceu durante os anos de 1936-1939. É essa situação, com as relações dialéticas envolvidas, que explica a estagnação do movimento nacionalista palestino durante a guerra. Quando a guerra acabou, os britânicos pensavam que o movimento nacionalista palestino já estava bem domesticado: sua liderança estava quebrada e dispersa, sua base havia se enfraquecido e seu tecido social, desgastado e desintegrado, como resultado da violenta mudança que estava acontecendo na sociedade e da falência de sua direção e partidos em organizá-la e mobilizá-la – e também como resultado da fraqueza e confusão da esquerda e da instabilidade do movimento nacionalista nos países árabes vizinhos.

Logo, o movimento sionista adentrou os anos 1940 encontrando o campo praticamente limpo, com o clima internacional extremamente a favor, seguindo a atmosfera psicológica e política causada pelo massacre de Hitler aos judeus. Ao passo que os regimes árabes nos países vizinhos eram burgueses na situação histórica, sem nenhum poder real. Não havia, tampouco, na época, entre a sociedade judaica na Palestina, nenhum movimento de esquerda para exercer pressão na direção oposta – praticamente a totalidade dessa sociedade estava dedicada ao assentamento através de invasões. Com a Segunda Guerra Mundial, a

esquerda palestina havia começado a perder a iniciativa inaugurada em meados dos anos 1930 como resultado da mudança na política da Comintern, acompanhada pelo fracasso em arabizar o partido. Mais, a esquerda comunista estava se tornando cada vez mais sujeita à repressão pela liderança árabe derrotada. (Por exemplo, os homens do *Mufti* assassinaram o líder sindical Sami Taha, em Haifa, em 12 de setembro de 1947, e antes, o assassinato em Jaffa do sindicalista Michel Mitri, que havia desempenhado importante papel em mobilizar os trabalhadores árabes antes da erupção dos conflitos em 1936).

Tudo isso permitiu ao movimento sionista, em meados dos anos 1940, avançar o previamente parcial conflito com o colonialismo britânico na Palestina depois de longos anos de aliança. Assim, em 1947, as circunstâncias estavam favoráveis para que colhesse os frutos da derrota de 1936, a qual a erupção da guerra havia impedido que o fizesse antes. Assim, o período tomado para completar o segundo capítulo da derrota palestina – do final de 1947 a meados de 1948 – foi incrivelmente curto, porque foi apenas a conclusão de um longo e sangrento capítulo que durou de abril de 1936 a setembro de 1939.



Palestina em 1944